

41^a Reunião Nacional ANPEd

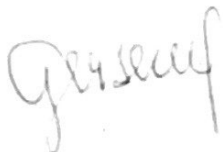
A Profa. Dra. Geovana Lunardi
Presidenta da ANPEd
reunioesrn@anped.org.br

Senhora Presidenta,

Cumprimentando-a cordialmente, a Coordenação Executiva do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – FNEEI, rede articuladora e mobilizadora das discussões em defesa dos direitos educacionais dos povos indígenas, vem encaminhar a CARTA DE MANAUS e solicitar adesão e aprovação por parte da Assembleia Geral da ANPEd que se reunirá por ocasião da 41ª Reunião da ANPEd, na cidade de Manaus, no estado do Amazonas que concentra próximo de 1/3 da população indígena do país, às demandas apresentadas no documento em referência.

Sem mais para o momento, reiteramos o nosso apreço e agradecemos por vossa atenção ao pleito que ora apresentamos.

Saudações indígenas,



Gersem Baniwa



Rita Potyguara

Coordenação Executiva do FNEEI



@FNEEI
FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Retomando as lutas para avançar nas conquistas



UEA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ



www.anped.org.br

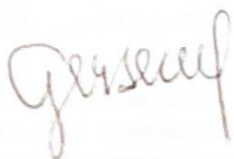
À Profa. Dra. Geovana Lunardi
Presidenta da ANPEd
reunioesm@anped.org.br

Senhora Presidenta,

Cumprimentando-a cordialmente, a Coordenação Executiva do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – FNEEI, rede articuladora e mobilizadora das discussões em defesa dos direitos educacionais dos povos indígenas, vem encaminhar a CARTA DE MANAUS e solicitar adesão e aprovação por parte da Assembleia Geral da ANPEd que se reunirá por ocasião da 41ª Reunião da ANPEd, na cidade de Manaus, no estado do Amazonas que concentra próximo de 1/3 da população indígena do país, às demandas apresentadas no documento em referência.

Sem mais para o momento, reiteramos o nosso apreço e agradecemos por vossa atenção ao pleito que ora apresentamos.

Saudações indígenas,



Gersem Baniwa



Rita Potyguara

Coordenação Executiva do FNEEI



Retomando as lutas para avançar nas conquistas



UEA
UNIVERSIDADE



41ª REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

ANPED

CARTA DE MANAUS

A Constituição Federal de 1988 representou a manifestação da necessidade de mudança da forma como, até então, se realizavam a prática da pesquisa acadêmica. Isto porque não levava em conta a situação histórica vivida pelos povos indígenas, submetidos a sistemáticas práticas de genocídio e etnocídio. Foi, assim, um marco importante na mudança de orientação do trabalho de pesquisadoras/es, convocados/as/es a se solidarizar e a se comprometer com o destino dos povos indígenas com os quais estudam ou criam interlocuções.

A Educação Escolar e Universitária foi e continua sendo uma ferramenta fundamental de luta coletiva dos povos indígenas por seus direitos, inclusive para o fortalecimento e consolidação das organizações e do movimento indígena contemporâneo.

Os/as pesquisadores/as, intelectuais e lideranças indígenas, negras e quilombolas alertam para a importância e a urgência de se reconhecer a integridade e a incontestabilidade de suas permanentes demandas contra o silenciamento generalizado na educação pública sobre os massacres, genocídio e a legitimidade de suas existências, de suas epistemologias e direito à continuidade histórica.

Os povos indígenas lutam por novas relações e práticas na produção de conhecimento no campo da educação e outras áreas com suas participações, considerando as discussões e debates desenvolvidos ao longo dos últimos anos na perspectiva de uma educação intercultural e interepistêmica. Desse modo, apresentamos a **Carta de Manaus** e solicitamos adesão da comunidade educativa brasileira reunida por ocasião da 41ª Reunião da ANPED no estado do Amazonas que concentra próximo de 1/3 da população indígena do país, a qual pondera que:

- A despeito do esforço de significativo número de educadoras/es, agentes públicos e organizações não-governamentais comprometidas com a causa indígena, muitos direitos seguem figurando meramente no plano formal, com pouca efetividade na defesa dos direitos concretos e cotidianos dos povos indígenas.
- Hoje temos indígenas cada vez mais presentes em todos os espaços da sociedade nacional, com destaque para a sua expressiva participação atual em Universidades e Programas de Pós-Graduação, se posicionando ao lado dos demais pesquisadores/as, não mais na condição de “informantes”, mas como interlocutores/as, intelectuais e pesquisadores/as posicionados/as a partir de seus próprios sistemas de pensamento e contra-epistemologias. É preciso, portanto,



aprofundar e assegurar a participação de educadores/as indígenas nas instâncias decisórias e na participação significativa em Universidades, Programas de Pós-Graduação e Associações Científicas de Educação e de outras áreas de conhecimento.

- De modo crescente, lideranças, intelectuais e pesquisadores/as indígenas, assim como negras e quilombolas entram no debate sobre a necessidade urgente de maior reflexividade na revisão crítica de posicionalidades e de procedimentos tradicionais de realização do trabalho de campo e da escrita acadêmica.
- Ademais, é também urgente a necessidade de renovar e re-energizar o debate sobre formas consequentes e inovadoras de comprometimentos do/a educador/a e das instituições acadêmicas com a realidade vivida nestas múltiplas comunidades, as quais passam atualmente pelo recrudescimento do assédio e de cruéis ataques de mineradoras, madeireiras e avassalador desmatamento para implantação de monoculturas do *agrobusiness*, sobretudo no que diz respeito às comunidades indígenas e quilombolas.
- Os/as pesquisadores/as, intelectuais e lideranças indígenas, negras e quilombolas, alertam para a importância e a urgência de se reconhecer a integridade e a incontestabilidade de suas permanentes demandas contra o silenciamento generalizado na educação pública sobre os massacres, genocídio e a legitimidade de suas existências, de suas epistemologias e direito à continuidade histórica.
- Tendo isto em vista que os Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil não apenas estão cientes, como convocam outras Instituições, Departamentos, Programas de Pós-Graduação e Associações Científicas a tomarem conhecimento e a incorporarem em suas práticas iniciativas sistemáticas que envolvam, entre outras ações, as seguintes considerações e iniciativas:
 1. Além do endosso formal à presença de educadores/as indígenas, negros/as e quilombolas no corpo discente e docente de Universidades, Departamentos e Programas de Pós-Graduação, é preciso ter em mente que o fato histórico tardio da formação graduada e pós-graduada de pessoas indígenas, negras e quilombolas, exige mudanças concretas e consequentes de postura, com a produção de novas práticas institucionais e de um novo relacionamento – e não apenas uma mera mudança de método – para com os anteriores “objetos do conhecimento”, hoje agentes arrojados e heterogêneos na produção de conhecimentos;
 2. A reserva pelas Universidades, Departamentos e Programas de Pós-Graduação em Educação, de vagas para ações afirmativas para pessoas indígenas, negras e quilombolas, não apenas para o corpo discente, mas também para o corpo docente, com a criação de instâncias como comissões

ou fóruns permanentes de avaliação e aperfeiçoamento das práticas em prol de ações afirmativas discentes e docentes;

3. No caso específico de Programas de Pós-Graduação esta carta aponta a necessidade de estabelecer também em editais e processos de credenciamento de novos/as docentes a implementação de ações afirmativas condizente com a crescente demanda de profissionalização e inserção de doutores/as indígenas, negros/as e quilombolas no ensino, pesquisa, extensão e gestão na Pós-Graduação;
4. A realização de processos seletivos de mestrado e de doutorado em Programas de Pós-Graduação com inscrições preferencialmente gratuitas para pessoas indígenas, negras e quilombolas, além de serem reservadas para elas uma porcentagem de vagas substancial;
5. A reserva pública e explícita pelas Universidades, Departamentos e Programas de Pós-Graduação em Educação - sobretudo em termos de editais variados, bolsas, financiamento para pesquisa, publicações, participação em eventos acadêmicos e demais atividades acadêmicas - que contribuam para assegurar a permanência qualificada de estudantes indígenas, negros/as, e quilombolas até a conclusão de seus estudos e investigações, assim como garantindo um acompanhamento e apoio para o desenvolvimento bem sucedido de suas carreiras;
6. A implementação pelas Associações Científicas da área de Educação, como a ANPED, de campanhas periódicas de filiação que considerem com seriedade a importância da inclusão crescentemente plural de suas fileiras profissionais, além de propor a possibilidade de gratuidade ou de descontos significativos nas anuidades para profissionais indígenas, negros/as, e quilombolas;
7. A garantia em todos os concursos públicos da reserva sistemática de vagas para ações afirmativas voltadas a docentes e pesquisadores/as que sejam indígenas, negros/as e quilombolas;
8. O desenvolvimento de experimentações de novas metodologias de pesquisa compartilhadas, colaborativas, coletivas, de coautorias ou por demanda, onde os objetivos de pesquisa sejam sensivelmente definidos também de acordo com as urgências e necessidades factuais de sobrevivência dos povos indígenas e de pessoas negras e quilombolas. A educação brasileira precisa estar sensivelmente conectada aos desafios surgidos frente aos crescentes ataques aos direitos humanos destas e de outras populações em diálogo com e também produzindo - múltiplas experiências socioeducativas contemporâneas;

Guar

9. A incorporação dos conhecimentos e epistemologias plurais, indígenas, de pessoas negras e quilombolas nas pautas legitimadas dos conhecimentos, teorias e conceitos disponíveis à formação pedagógica em Universidades, Departamentos e Programas de Pós-Graduação em Educação, assim como nas mais variadas instâncias das Associações Científicas que atuem no campo da Educação;
10. O estímulo e garantia de recursos para a concretização da publicação de livros, capítulos de livros, artigos, assim como de produções audiovisuais de pessoas indígenas, negras e quilombolas, além de incorporar séria e sistematicamente tais produções às ementas, bibliografias e acervo audiovisual dos cursos de graduação e pós-graduação em educação;
11. Afirmação das espiritualidades indígenas, como intrínsecas à ciência indígena e lícita na sua construção de conhecimento, considerando seu impacto e sua potencialidade de produzir, revigorar e subverter positivamente conhecimentos, teorias e metodologias pedagógicas contemporâneas;
12. A efetivação de esforços para apreender as implicações multifacetadas da pedagogia da RETOMADA, considerando que além do direito territorial, ela aponta para a necessidade de reconfiguração do espaço ocupado pelos povos indígenas e a multiplicidade de seres que nele convivem e resistem na construção de novos projetos de nação brasileira devidamente pautados na convivência respeitosa com a diversidade sociocultural e com os diversos biomas nos quais produzem seus territórios;
13. A proposta de que Associações Científicas como a ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação, incluam efetiva e significativamente mais pessoas indígenas, negras e quilombolas em suas variadas instâncias, para assegurar tal representatividade político-cultural há muito represada.
14. Que a ANPED conte com indígenas em sua configuração, favorecendo a interaprendizagem.
15. Que a CAPES crie uma comissão com pesquisadores indígenas, negras e quilombolas para elaborar uma política que adote como critério central de avaliação de Programas de Pós-Graduação a inclusão de docentes e discentes negras, quilombolas, indígenas e conteúdos pluri-epistêmicos dos saberes indígenas e quilombolas.
16. Que a CAPES, Cnpq e Fundações de Fomento Estaduais (Faps) crie políticas de financiamento de pesquisa e bolsas voltadas para pesquisadores/as

indígenas, negras e quilombolas, bem como linhas de fomento para pesquisas que agreguem conteúdos pluri-epistêmicos dos saberes indígenas e quilombolas.

17. Que CAPES, Cnpq e Fundações de Fomento Estaduais (Faps) não financiem pesquisas e colaborações com empresas que flagrantemente violam ou violaram os direitos de povos indígenas e quilombolas.

Ressaltamos, por fim, que a presença significativa de estudantes indígenas, negros/as e quilombolas nas Universidades Públicas é fruto de lutas concretas, históricas e coletivas entre indígenas e seus/suas parceiros(as)

não indígenas(as) em prol de inclusão e produção de ações afirmativas nestas instituições. Além disso, tal presença e tais lutas estão imbricadas em um movimento de aproximação por terem um histórico aproximado de violências epistêmicas em todos os territórios e contextos, inclusive no acadêmico. Sendo assim, tais demandas, expectativas e ponderações aqui apresentadas possuem confluências e ressonâncias que se conectam a várias outras demandas por crescente legitimação e visibilidade no campo da educação e para além.

Subscrevem esta carta:

1. Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – FNEEI.
2. Edinéia Tavares Lopes NEABI/PPGED/PPGECIMA-UFS
3. Profa. Dra. Maria Elisa Ladeira / CTI Centro de Trabalho Indigenista.
4. Profa. Dra. Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar/ Núcleo de Formação Indígena/PPGEEI/UEPA
5. Professor Emerson Chaves de Oliveira - Educação Escolar Indígena - Alto Xingu SEDUC/MT.
6. Alexandre Herbeta. Docente no Núcleo Takinahaky/UFG.
7. Profa. Rita Floramar F.dos Santos. Dpto de Educação Escolar Indígena. FACED/UFAM
8. Elie Ghanem (profe. Faculdade de Educação da USP)
9. Diana Pellegrini (pesquisadora Ceunir - Faculdade de Educação da USP)
10. Ribamar Ribeiro Junior (Coordenador do Magistério Indígena- IFPA)
11. Kelly Russo (Programa de Pos-Graduação Educação, Cultura e Comunicação UERJ)
12. Profa. Mônica Veloso Borges (Núcleo Takinahaky/UFG)
13. Professora Dra. História Social FFLCH-USP, Edivania Granja da Silva Oliveira, IFSertãoPE, Coordenadora Geral do curso de Especialização em Interculturalidade e Decolonialidade na Educação Escolar Indígena e Quilombola; Coordenadora Geral da Ação Saberes Indígenas na Escola.
14. Prof. Rodolfo (Membro externo desde 2016 NEABI/IFPI)
15. Maria Helena Sousa da Silva Fialho/ Apoiadora da EEEI- Professora aposentada/Funai.
16. Valeria Lopes Redon
17. Adriana C P Damiani - Professora e indigenista.



18. Hemily Pastanas Marinho - Povo Kokama - Professora Indígena e mestranda do PPGED/UEA
19. José Wandres Lima da Silva Shawanawa -PPGLI-UFAC
20. Ana Maria R. Gomes – Professora Formadora Intercultural de Educadores Indígenas/FAE/PPGE/UFMG
21. Beleni Salete Grandó – PPGE/UFMT
22. Antonio Fernandes Góes Neto – UASB/Pesquisador CEUNIR/Faculdade de Educação da USP)
23. Alva Rosa Lana Vieira – Presidente do Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas – FOREEIA.
24. Organização dos Professores Indígenas Mura – Mariomar Mura.
25. Coordenação dos Povos e Organizações Indígenas de Manaus e Entorno – COPIME.
26. Movimento dos Povos Indígenas de Manacapuru – MOPIM.
27. Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé – OPISMA.
28. Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro – APIARN.
29. Fórum Municipal de Educação Escolar Indígena de Tefé – FOMEEI.
30. Academia de Língua Nheengatu – ALN.
31. Maria Auxiliadora Cordeiro – Presidente da Associação dos Povos e Organizações Indígenas do Amazonas – APIAM.
32. Eraldina Tikuna – Presidente da Federação das Organizações e Comunidades e Caciques Indígenas Tikuna – FOCCITT.
33. José Glebson Vieira (professor do Departamento de Antropologia/UFRN);
34. Luciano Cardenes - Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena, UFG.
35. DENIS VIANA DE SOUZA, PPGE/UERR/IFRR
36. Ana Paula Diniz - Pesquisadora NEPEPAM/UFAM
37. Vanessa UFMG: Vanessa Sena Tomaz- Fiei/PPGE/FaE/UFMG.
38. Adir Casaro Nascimento - PPGE/UCDB
39. Cida Bergamaschi: Maria Aparecida Bergamaschi/ UFRGS
40. Célia Aparecida Bettiol: Célia Aparecida Bettiol/ UEA
41. Eder Carlos Cardoso Diniz/IFBaiano
42. Brenda Maria Alves Cordeiro - Pesquisadora GEPEEIN/ UFGD e CEPEGRE/UEMS
43. Dra. Rosângela Souza da Silva - docente da UFRB - Pesquisador do HCEL /PPGEdu/UFBA
44. Dra. Maria Cecília de Paula Silva - HCEL/PPGEdu/UFBA
45. Carlos Magno Naglis Vieira/UNIR
46. Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú UFCG PB
47. Sandra Regina Braz Ayres - Unemat
48. Professor Roberto Mubarack Sobrinho da UEA
49. Lucia Helena Alvarez Leite. FIEI/PPGE/FAE/UFMG
50. Paulo de Tássio Borges da Silva - UFF
51. Marta Coelho Castro Troquez-UFGD
52. Rogerio Correia da Silva. PROMESTRE/FAE/UFMG
53. Verônica Mendes Pereira _ NEABI/Universidade Federal de Ouro Preto_ UFOP
54. Maxim Repetto - PGEDA / PPGE / UFRR
55. Rosane Gonçalves Cruz - PPGE/UFAM
56. Ana Luisa Teixeira de Menezes- UNISC- PPGEDU e PPGPsi
57. Profa. Dra. Léia Teixeira Lacerda - CELMI-PPGE-UEMS
58. Ariane Coelho dos Santos - PPGE/UFAM
59. Iara Bonin: Iara Tatiana Bonin -

PPGEDU ULBRA

60. Clóvis Unila: Clovis Antonio Brighenti - PPGHIS/UNILA
61. Rosangela Faustino: Rosangela Celia Faustino - PPE/UEM-PR
62. Wagner Roberto do Amaral - PPGSER/Universidade Estadual de Londrina (UEL), Parana
63. Profa. Mônica Veloso Borges - Núcleo Takinahaky/UFG
64. Ana Paula P. Bauman, Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, UFG.
65. Hilario: PPGAS/UFMS
66. Ronnielle_Tupã: Ronnielle de Azevedo-Lopes, Coordenador do Setor de Educação Escolar Indígena do Campus Rural de Marabá. CRMB/IFPA
67. José Pedro Machado Ribeiro, Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena, UFG.
68. Arthur Bispo, Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena, UFG.
Lorena Dallara Guimarães, NTFSI, UFG.
69. Leandro Mendes Rocha, NTFSI, UFG.
70. Ananda Machado - curso Gestão Territorial Indígena- Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena-Coordenadora do Polo Boa Vista do doutorado em Educação na Amazônia, professora permanente no Profhistoria e PPGL/UFRR
71. Delce da Silva Pinheiro/ UEA
72. Rossini Pereira Maduro - PGEDA-Educanorte- UFAM/UEA
73. Alceu Zoia PPGEDu e PPGECII/ UNEMAT
74. Maria Christine Berdusco Menezes - PPE/Profagroec/UEM
75. Juciene Ufcg: Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú UFCG PB - Grupo Internacional Seminário Permanente Mundos Indígenas/SEPMAI/COIMI e PPGH-UFCG, Paraíba
76. Profa. Shirley Aparecida de Miranda - Form. Intercultural Educadores Indígenas-FAE/PPGE/UFMG
77. Clarisse Maria Castro de Alvarenga - Formação Intercultural de Educadores Indígenas - FaE/Promestre/UFMG
78. Maria Cristina Graeff Wernz - PPGEDU UNISC - UNIPAMPA
79. Vanessa UFMG: Danielle Alves Martins
danielle.martins@uemg.br
Universidade do Estado de Minas Gerais
80. Ronnielle_Tupã: Ribamar Ribeiro Júnior - GPTIE/CRMB/IFPA
81. Carmem Véra Nunes Spotti PPGE UERR/IFRR e CEFORR
82. Catarina Janira Padilha
83. Lic. Intercultural-Instituto Insikiran/UFRR
84. CEFORR
85. PPGE/PGFE/UNESA-RJ
86. Rosenilda Rodrigues de Freitas – Formadora de Educadores Indígenas / Doutoranda em Linguística – LALLI-UNB
87. Professora Maria Luciete Lopes – Povo Pankará – Coordenadora Geral de Educação Escolar Pankará – COPIPE.
88. Elane Castro do Santos – Povo Mayoruna – Professora indígena membro do FOREEIA.
89. Organização dos Professores Indígenas de Novo Airão – OPINA.
90. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN.
91. Departamento de Educação e Patrimônio Cultural do Rio Negro – DEPAC/FOIRN.
92. Daniel Aparício – Coordenação de Educação Escolar Indígena Kokama da Amazônia – CEC-YTKA.

93. Helenice Aparecido Ricardo – Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
94. Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea – OLIMCV.
95. Edite Ferreira do Nascimento – Professora Indígena e Coordenadora da OLIMCV.
96. Francisco Guedes – Presidente da Federação das Organizações, Caciques e Comunidades da Tribo Tikuna – FOCCITT.
97. Grupo de Professores Indígenas de Anamã.
98. União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA.
99. Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas – MEIAM.
100. Associação dos Witoto do Alto Solimões – AWAS.
101. Organização dos Kambeba do Alto Solimões – Cacica Eronilde Fermin.
102. Anderson Witoto – Presidente da AWAS,
103. Associação dos Professores Indígenas do Município de Lábrea – APIMLA – Presidente Francisco das Chagas Monteiro de Oliveira.
104. José Raimundo Pereira Lima – Coordenador da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus – FOCIMP.
105. Federação Omagua Kambeba do Amazonas – FOKAM – Presidente José Jesus Kambeba.

48